



# Novas necessidades de aprendizagem

***FUTURIDADE***  

---

**PLANO ESTADUAL  
PARA A PESSOA IDOSA**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**José Serra**  
*Governador*

**Rita Passos**  
*Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social*

**Nivaldo Campos Camargo**  
*Secretário Adjunto*

**Carlos Fernando Zuppo Franco**  
*Chefe de Gabinete*

**Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS**

**Departamento de Comunicação Institucional – DCI**

Paulo José Ferreira Mesquita  
*Coordenador*

**Coordenadoria de Gestão Estratégica – CGE**

Cláudio Alexandre Lombardi  
*Coordenador*

**Coordenadoria de Ação Social – CAS**

Tânia Cristina Messias Rocha  
*Coordenadora*

**Coordenadoria de Desenvolvimento Social – CDS**

Isabel Cristina Martin  
*Coordenadora*

**Coordenadoria de Administração de Fundos e Convênios – CAF**

Carlos Alberto Facchini  
*Coordenador*

**Fundação Padre Anchieta**

Paulo Markun  
*Presidente*

Fernando Almeida  
*Vice-Presidente*

**Coordenação Executiva – Núcleo de Educação**

Fernando Almeida  
Fernando Moraes Fonseca Jr.  
Mônica Gardeli Franco

**Coordenação de Conteúdo e Qualidade**

Gabriel Priolli

**Coordenação de Produção – Núcleo de Eventos e Publicações**

Marilda Furtado  
Tissiana Lorenzi Gonçalves

**Equipe de Produção do Projeto**

**Coordenação geral**

Áurea Eleotério Soares Barroso  
SEADS

Fernando Moraes Fonseca Jr.  
Fundação Padre Anchieta

**Desenvolvimento**

SEADS

Elaine Cristina Moura  
Ivan Cerlan  
Janete Lopes

Márcio de Sá Lima Macedo

**Organização dos conteúdos/textos**

Áurea Eleotério Soares Barroso

**Colaboradores**

Clélia la Laina, Edwiges Lopes Tavares, Izildinha Carneiro,  
Ligia Rosa de Rezende Pimenta, Maria Margareth Carpes,  
Marilena Rissuto Malvezzi, Paula Ramos Vismona,  
Renata Carvalho, Rosana Saito, Roseli Oliveira

**Produção editorial**

Maria Carolina de Araujo  
*Coordenação editorial*

Marcia Menin  
*Copidesque e preparação*

Paulo Roberto de Moraes Sarmento  
*Revisão*

**Projeto gráfico, arte, editoração e produção gráfica**

Mare Magnum Artes Gráficas

**Ilustrações**

Adriana Alves

UMA REALIZAÇÃO



FUNDAÇÃO  
PADRE ANCHIETA

### Direitos de cópia

Serão permitidas a cópia e a distribuição dos textos integrantes desta obra sob as seguintes condições: devem ser dados créditos à SEADS – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e aos autores de cada texto; esta obra não pode ser usada com finalidades comerciais; a obra não pode ser alterada, transformada ou utilizada para criar outra obra com base nesta; esta obra está licenciada pela Licença Creative Commons 2.5 BR (informe-se sobre este licenciamento em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/>)  
As imagens fotográficas e ilustrações não estão incluídas neste licenciamento.

# Novas necessidades de aprendizagem

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kachar, Vitória  
Novas necessidades de aprendizagem / Vitória Kachar, Maria Amélia Vampré Xavier, Ângela Maria Machado de Lima ; [coordenação geral Áurea Eleotério Soares Barroso]. -- São Paulo : Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social : Fundação Padre Anchieta, 2009.

#### Bibliografia.

1. Administração pública 2. Cidadania 3. Envelhecimento  
4. Idosos - Cuidados 5. Planejamento social 6. Política social  
7. Políticas públicas 8. Qualidade de vida 9. Serviço social junto a idosos I. Xavier, Maria Amélia Vampré. II. Lima, Ângela Maria Machado de. III. Barroso, Áurea Eleotério Soares. IV. Título.

09-09547

CDD-362.6

#### Índices para catálogo sistemático:

1. São Paulo : Estado : Idosos : Estado e assistência e desenvolvimento social : Bem-estar social 362.6
2. São Paulo : Estado : Plano Estadual para a Pessoa Idosa- Futuridade : Bem-estar social 362.6

*[...] nós envelheceremos um dia, se tivermos este privilégio. Olhemos, portanto, para as pessoas idosas como nós seremos no futuro. Reconheçamos que as pessoas idosas são únicas, com necessidades e talentos e capacidades individuais, e não um grupo homogêneo por causa da idade.*

KOFI ANNAN, EX-SECRETÁRIO-GERAL DA ONU.

Prezado(a) leitor(a),

Temos a grata satisfação de fazer a apresentação deste material elaborado pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SEADS) e pela Fundação Padre Anchieta - TV Cultura.

Um dos objetivos do Plano Estadual para a Pessoa Idosa do Governo do Estado de São Paulo - Futuridade, coordenado pela SEADS, é propiciar formação permanente de profissionais para atuar com a população idosa, notadamente nas Diretorias Regionais de Assistência Social (DRADS).

No total, esta série contém dez livros e um vídeo, contemplando os seguintes conteúdos: o envelhecimento humano em suas múltiplas dimensões: biológica, psicológica, cultural e social; legislações destinadas ao público idoso; informações sobre o cuidado com uma pessoa idosa; o envelhecimento na perspectiva da cidadania e como projeto educativo na escola; e reflexões sobre maus-tratos e violência contra idosos.

Com esta publicação, destinada aos profissionais que desenvolvem ações com idosos no Estado de São Paulo, o Futuridade dá um passo importante ao disponibilizar recursos para uma atuação cada vez mais qualificada e uma prática baseada em fundamentos éticos e humanos.

Muito nos honra estabelecer esta parceria entre a SEADS e a Fundação Padre Anchieta - TV Cultura, instituição que acumula inúmeros prêmios em sua trajetória, em razão de serviços prestados sempre com qualidade.

Desejo a todos uma boa leitura.

Um abraço,

**Rita Passos**

**Secretária Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social**

## Sumário

### **Inclusão digital e terceira idade**

*Vitória Kachar* ..... 11

Inclusão digital: conceito, história e iniciativas ..... 14

Inclusão digital e terceira idade ..... 18

Introdução ao universo virtual ..... 18

O processo de ensino e aprendizagem ..... 20

Benefícios da internet ..... 22

Sugestões de atividades pedagógicas para idosos ..... 24

Referências bibliográficas ..... 26

### **Pessoas com deficiência intelectual e envelhecimento das famílias cuidadoras**

*Maria Amélia Vampré Xavier* ..... 29

Contextualização da deficiência intelectual ..... 31

O difícil diálogo entre pais e médicos ..... 34

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ..... 36

A Liga Internacional ..... 37

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo ..... 38

A população brasileira com alguma deficiência ..... 41

Os autodefensores ..... 43

O envelhecimento das famílias cuidadoras ..... 49

Algumas perguntas norteadoras para debate em grupo ..... 50

### **Inovação pedagógica e formação do profissional generalista em gerontologia: a experiência da USP-Leste**

*Ângela Maria Machado de Lima* ..... 51

A educação superior, a gestão pedagógica e os novos paradigmas de ensino-aprendizagem ..... 53

Bacharelado em Gerontologia: inovação necessária, desafio assumido pela USP ..... 58

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Gerontologia ..... 61

Referências bibliográficas ..... 68



# Inclusão digital e terceira idade

Vitória Kachar



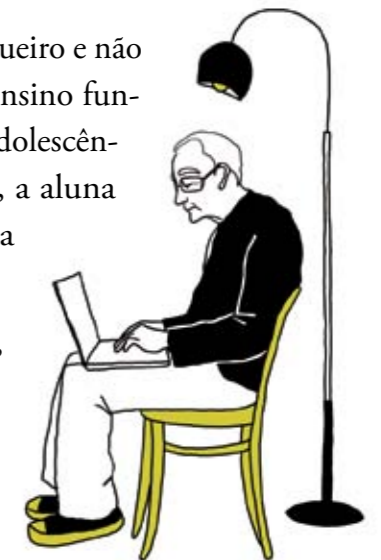
*Tenho fome da extensão do tempo,  
e quero ser eu sem condições.*

FERNANDO PESSOA

**R**ecentemente, uma aluna veio me perguntar, com certo olhar preocupado, o que eu achava do fato de ela ficar várias horas à tarde na frente do computador, acessando a internet, sem perceber o tempo passar.

Essa situação poderia ser vista como algo corriqueiro e não gerar nenhum estranhamento se ela fosse do ensino fundamental ou médio e estivesse no período da adolescência. Mas, diferentemente do que se imagina, a aluna frequenta uma universidade aberta à terceira idade e tem 70 anos.

Quando pensamos nos recursos computacionais, quase de imediato associamos seu uso aos adolescentes, que gastam muitas horas explorando todas as possibilidades que as máquinas oferecem, sobretudo de entretenimento e socia-



Vitória Kachar é mestre e doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora da Universidade Aberta à Maturidade da PUC-SP e da Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

***A pessoa idosa não pode ficar excluída do uso do computador e da internet, o que dificultaria sua inserção no movimento das transformações sociais.***

lização, mas também, quando orientados educacionalmente, de pesquisa e estudos.

A nova geração é, desde cedo, introduzida nesse universo de ícones, imagens, botões e teclas e, por isso, demonstra intimidade e desenvoltura na operacionalização dos meios eletrônicos.

Entretanto, a geração nascida em tempos de relativa estabilidade convive hoje com as rápidas e complexas evoluções tecnológicas com certa insegurança, desconhecendo vários desses recursos que podem ser úteis em sua vida cotidiana. Os idosos têm dificuldades em entender a nova linguagem e lidar com os avanços tecnológicos, até com eletrodomésticos, celulares e caixas eletrônicos.

O depoimento da aluna e a comparação entre as gerações levantam questionamentos sobre as possibilidades e contribuições da informática para a terceira idade. Afinal, o computador e a internet não são exclusividades do jovem. A pessoa idosa não pode ficar excluída do uso desses recursos, o que dificultaria sua inserção no movimento das transformações sociais.

### **Inclusão digital: conceito, história e iniciativas**

Para iniciar a discussão, é necessário apontar a relação direta da inclusão digital com o nível de desigualdade social no Brasil. A renda concentra-se nas mãos de uma parcela da população, o que reflete no acesso às tecnologias.

O próprio desenvolvimento progressivo da tecnologia e da internet leva à ampliação do número de pessoas excluídas, ao estimular novas formas de desigualdade, uma vez que a maioria não possui computador.



Centro de Referência do Idoso José Ermírio de Moraes (CRIJEM).

Há o risco de que as desigualdades se tornem mais graves pela exclusão digital, já que o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TICs) representa um instrumento de poder. Um número alto de excluídos constitui-se em obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 26,6% dos domicílios possuíam computador, 20,2% deles com acesso à internet. O Sudeste era a região com os maiores índices (34,9% de domicílios com computador e 27,4% conectados à internet), seguida do Sul (33% e 24%), Centro-Oeste (25,2% e 18,4%), Norte (13,5% e 8,2%) e Nordeste (12,2% e 8,8%).

As discrepâncias em um país extenso como o Brasil, com distâncias gigantescas, diversidades regionais, territoriais e entre as zonas rural

e urbana, dificultam a implementação de propostas de inclusão digital. Esta, no entanto, não se restringe ao acesso aos recursos computacionais e à internet; deve garantir, também, seu aproveitamento na melhoria da vida pessoal e profissional. Assim, para sua implementação, é preciso levar em conta três aspectos (Costa, 2006):

- Econômico: situação financeira que permita à pessoa a aquisição da máquina.
- Técnico: domínio dos conhecimentos operacionais para acessar os programas e a internet.
- Cognitivo: competência para utilizar com autonomia os meios digitais.

Para diminuir a exclusão do acesso às TICs pela população de baixa renda, alguns projetos têm sido promovidos por órgãos públicos e pelo terceiro setor em diferentes regiões do Brasil.

A primeira iniciativa de inclusão digital do governo federal foi o Programa Sociedade da Informação (SOCINFO), instituído pelo Decreto Presidencial nº 3.294 em 15 de dezembro de 1999. Coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, foi concebido para preparar a geração de redes, possibilitando a viabilização de uma nova fase de evolução da internet no Brasil, para garantir serviços avançados de comunicação e informação.

O objetivo do SOCINFO é fomentar e promover a integração de propostas com o aproveitamento das TICs, contribuindo para a inclusão social e desenvolvimento econômico, com sete linhas de ação: mercado, trabalho e oportunidades; universalização de serviços e formação para a cidadania; educação na sociedade da informação; conteúdos e identidade cultural; governo ao alcance de todos; tecnologias-chave e aplicações; infraestrutura avançada e novos serviços.

Outra iniciativa do governo é o programa de inclusão digital Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC). Coor-

denado pelo Ministério das Comunicações, privilegia a conexão à internet em alta velocidade em escolas públicas, hospitais, postos de saúde, delegacias e demais órgãos públicos de todo o país, conectando as comunidades indígenas e quilombolas, postos militares e regiões carentes. O GESAC promove a inserção no mundo da informação, por meio de computadores e conexão à internet, até em áreas isoladas ou em situação de risco social.

Uma contribuição a ser destacada no terceiro setor é a da organização não governamental Comitê pela Democratização da Informática (CDI), cuja rede é formada por diversos comitês regionais e internacionais. A matriz, no Rio de Janeiro, coordena e orienta as atividades. O projeto nasceu em 1993, quando passou a atender jovens de baixa renda por meio da campanha “Informática para todos”, com a finalidade de arrecadar computadores usados para comunidades pobres. Além do acesso aos recursos computacionais, os jovens são instigados, nessas escolas informais, a debater e refletir sobre a própria realidade, podendo exercer sua cidadania.

A tecnologia, visando a contribuir para o crescimento cultural e formação do cidadão, não apenas constitui um canal de lazer e entretenimento para a camada carente da população, como também aumenta as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, agregando qualificação ao indivíduo e inserindo-o no movimento de mudanças sociais.

A inclusão digital está estritamente atrelada à inclusão social, objetivando o desenvolvimento da autonomia e o exercício da cidadania, com ações de ampliação do universo cultural, profissional, social e intelectual da pessoa. Para propor encaminhamentos

*A inclusão digital está estritamente atrelada à inclusão social, objetivando o desenvolvimento da autonomia e o exercício da cidadania.*



e procedimentos socioeducacionais de combate à exclusão, é preciso conhecer o público que será beneficiado, sua realidade, demanda, nível cognitivo e cultural.

## Inclusão digital e terceira idade

### Introdução ao universo virtual

*Quando optei pela aula de informática, não imaginei até onde ela me levaria. Completamente leiga tanto no computador como em escrever, me vejo redigindo e digitando textos. Para mim, ele representava um bicho de sete cabeças. A expectativa vinha desde ligar o botão. Às vezes acho que*

1. Trecho do texto "Processo", de autoria de Anna Burgatt Meneghesso, aluna da Universidade Aberta à Maturidade da PUC-SP, elaborado nas aulas de informática e publicado na íntegra no jornal *Computador*, n. 9, editoria Reflexões, jun. 2001. Disponível em: <<http://cogee.pucsp.br/computador/index.php?xopcao=mestre&woutros=9&xnumero=9&mostrar=m2>>. Acesso em: 1º jan. 2009.

*o computador se assemelha a uma casa. Dentro dela, ferramentas, régua, lápis e borrachas, pincéis, tintas e muitas coisas mais. Possui portas e janelas para abrir e fechar e ainda portas menores para poder escapar. O guarda é um ratinho preguiçoso, que só trabalha se você o carregar. Tem também uma máquina de escrever sofisticada e maravilhosa que tudo faz: apaga, acrescenta, modifica, reduz, muda a letra, aumenta e diminui. Procuro estar sempre atenta, mas isso nem sempre basta. O nome de cada tecla e a ansiedade de aprender me atrapalham.*<sup>1</sup>

A socialização contemporânea incorpora as relações produzidas pela rede de interconexões de pessoas mediadas pelas tecnologias de comunicação e informação. É imprescindível, portanto, a preparação de cidadãos que saibam ler, compreender e analisar criticamente as informações, selecionando as mais significativas e pertinentes para uso próprio. A população ainda está aprendendo a lidar com as tecnologias no dia a dia pessoal, profissional e educacional, vivenciando as ambiguidades do local e global, dos espaços físico e virtual.

O universo de relações que incorpora a diversidade de formas de comunicação e a complexa circulação de informações tornam-se fa-

### Para saber mais

Entre os programas de inclusão social que o governo federal executa e apoia destacam-se:

- **Computador para Todos** – Direcionado para a classe C, permite a aquisição de computador e o acesso à internet a preços subsidiados e com linha de financiamento específica.
- **Computadores para Inclusão** – Reaproveita equipamentos de informática em iniciativas de inclusão digital de todo o Brasil.
- **Programa Estação Digital** – Com o apoio de um parceiro local, busca aproximar o computador da vida de estudantes, donas de casa e trabalhadores.
- **Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)** – Visa a introduzir as tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas, em parceria com os governos estaduais e municipais.
- **Telecentros Comunitários Banco do Brasil** – Implanta telecentros comunitários e salas de informática, com doação de computadores, capacitação e acompanhamento.

tores de exclusão para a terceira idade, restringindo suas oportunidades de participar das transformações sociais. Para inserir-se na sociedade moderna, o idoso precisa conhecer a nova linguagem, ter acesso à informática para conectar-se com o mundo e utilizá-la para extrair benefícios para sua vida.

A população idosa, quando questionada em estudo sobre a representação do computador (Kachar, 2003), apresentou duas categorias de respostas:

- a) atualização, inclusão, moderno, novo horizonte;
- b) desafio, incógnita, fera, caixinha de surpresas.

Observamos, assim, que aprender a usar o computador pode significar a conquista da atualização e a inclusão na modernidade e no universo virtual.

Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Serviço Social do Comércio – SESC (Néri, 2007), apenas



Aula de informática no Movimento Pró-Idosos (MOPi).

10% dos idosos entrevistados usavam o computador, dos quais 3% continuamente e 7% algumas vezes, e 4% acessavam a internet, 1% com frequência; 29% tinham interesse por computador e 24%, pela internet; 44% gostariam de fazer algum curso, 6% deles de informática.

É baixa a porcentagem de pessoas idosas que têm condições econômicas para adquirir e arcar com os custos do computador e da internet, o que resulta na pouca oferta de cursos gratuitos específicos a esse grupo etário. As unidades do SESC oferecem oficinas de informática, e propostas vinculadas às universidades abertas à terceira idade (ou “melhor idade”, ou “maturidade”) adotam metodologias que levam em conta o processo de aprender desse aprendiz.

### O processo de ensino e aprendizagem

*Brios de juventude inquietam-nos a alma, esse entusiasmo nos coloca na onda da era da informática, nos sentimos ativos, alegres e atualizados. [...] Adentrando-nos no computador, ele se torna um amigo, com*

*o qual conversamos e brincamos, um mundo novo que se abre à nossa frente, ampliando nossos horizontes e conhecimentos. Isso nos faz felizes e vitoriosos.*<sup>2</sup>

Kachar (2003, 2006[b]) trata da interação do aluno da terceira idade com a informática e aponta estratégias de ensino próprias para a introdução no mundo virtual. Na abordagem pedagógica, têm de ser consideradas as dificuldades do aprendiz com relação à virtualidade, o tamanho do texto (letras pequenas), o domínio do *mouse* (coordenação visomotora), o esquecimento e a falha da memória, as muitas informações distribuídas na tela do computador, entre outras questões. É fundamental configurar o curso de introdução à informática com base nas particularidades do grupo.

O ideal é que tais cursos ocorram semanalmente, com carga horária de uma hora e meia a duas, em turmas que não ultrapassem 15 alunos, pois as solicitações de orientação e dúvidas do aprendiz da terceira idade são maiores que as de outros, com caminhos para aprender específicos. É preciso desenvolver um ritmo brando, contínuo e progressivo de complexidade, fornecendo informações gradativamente. Muitas informações simultâneas podem gerar confusão e estresse, levando à desmotivação e à desistência do aluno, além da frustração e sensação de incapacidade para compreender essa linguagem. Deve-se investir no exercício e na repetição, estimulando a memória, que sofre mudanças a partir dos 40 anos, quando também surgem problemas como a presbiopia, que causa dificuldades na leitura e decodificação de textos, ícones, botões e ferramentas.

O conteúdo do curso tem de atender às necessidades de compreensão da linguagem da informática e de domínio dos recursos básicos do gerenciador de programas, do processador de textos, da pesquisa na internet e do endereço eletrônico (*e-mail*), procurando garantir habilidade mínima no exercício da autonomia com a tecnologia.

2. Trecho do texto “Medo de errar”, de autoria de Rafaela, aluna da Universidade Aberta à Maturidade da PUC-SP, elaborado nas aulas de informática e publicado na íntegra no jornal *Computador*, n. 7, editoria Criações, nov. 2000. Disponível em: <<http://cogae.pucsp.br/computador/index.php?xopcao=criacoes&woutros=7&xnumero=7&mostrar=c2>>. Acesso em: 1º jan. 2009.

Além das estratégias pedagógicas, esse grupo de aprendizes demanda um professor com paciência, cuja preleção seja clara, pausada e objetiva, constituindo um ambiente afetivo, de segurança e tranquilidade.

### Benefícios da internet

A internet possibilita à terceira idade a aprendizagem contínua, a ampliação da autonomia e da comunicação, para manter contatos e estabelecer novas relações, amenizando a solidão e as perdas afetivas.

O indivíduo tem a oportunidade de acessar as últimas notícias, receitas culinárias, opções de lazer e cultura, informações sobre direitos dos idosos, produções poéticas e literárias, memórias e reflexões em relação ao mundo e à experiência vivida por outras pessoas. Pode pesquisar sobre orientações de saúde de vários especialistas para prevenir doenças, medidas e cuidados com o próprio corpo e nutrição, artigos que explicam as mudanças biopsicossociais do envelhecimento, de acordo com a heterogeneidade, interesses e perspectivas de vida.

Na navegação na rede, por meio da leitura e seleção das informações, e na escrita de *e-mails*, entre outras atividades, a pessoa estimula a memória, recomendável para a prevenção de perdas cognitivas e manutenção de uma mente saudável. Adquire maior desenvoltura para lidar com outros equipamentos eletrônicos e digitais, como máquinas de banco e celulares, e reconquista a confiança em sua capacidade de aprender.

A internet pode ser uma conexão com o mundo para os idosos que vivem em instituições de longa permanência, são dependentes e estão comprometidos fisicamente, rom-



WALTER CRAVEIRO

### Para saber mais

- **Jornal Maturidades** – Jornal *on-line* da Universidade Aberta à Maturidade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), antes chamado *Computador*, organizado e produzido por uma equipe de alunos. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/maturidades>>.
- **Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)** – Oferece atividades a pessoas com mais de 50 anos, inclusive cursos a distância. Informações em: <<http://www.virtual.epm.br/uati>>.

pendo as fronteiras de tempo e espaço, estendendo as possibilidades de comunicação e minimizando as limitações físicas. Com o correio eletrônico, fazem contato mais frequente com familiares que moram longe, sem deslocamentos, o que para alguns é difícil ou inviável, permitindo-lhes, por exemplo, receber notícias de sobrinhos, netos e bisnetos, em um intercâmbio intergeracional (Kachar, 2006[a]).

*E-mails*, *chats*, conversas por meio de programas de áudio e vídeo e internet colocam os cuidadores e profissionais da área da saúde em contato com os idosos que permanecem em casa. Para tanto, é necessário treinar e conectar a terceira idade com equipamentos adequados, adaptados e configurados de acordo com suas dificuldades e necessidades.

O correio eletrônico também é utilizado para a troca de *e-mails* que já circulam na rede sobre temas culturais, políticos, assim como poemas, crônicas e textos de autoajuda.

Alguns *sites* se constituem em comunidades de intercâmbio entre usuários que gostam de escrever sobre seus sentimentos, inquietações e experiências e compartilhá-los com os outros. As salas de bate-papo são ocupadas por pessoas acima de 50 anos, em geral mulheres. Algumas relações que se iniciam na rede

*A internet possibilita aos idosos a aprendizagem contínua, a ampliação da autonomia e da comunicação, para manter contatos e estabelecer novas relações.*

**Para saber mais**

- **Centro de Referência do Envelhecimento (CRE)** - *Link* dentro do *site* do SESC que apresenta artigos sobre gerontologia distribuídos por tema. Disponível em: <[http://www.sesc-rs.com.br/cre/boletim/\\_ano11\\_n01.htm](http://www.sesc-rs.com.br/cre/boletim/_ano11_n01.htm)>.
- **Mais de 50** - Portal com editorias sobre saúde, comportamento, beleza, cultura e lazer, nutrição, esportes etc., direcionadas às necessidades da faixa etária indicada. O usuário, ao se associar ao clube, tem acesso a todos os conteúdos, descontos e serviços. Disponível em: <<http://www.maisde50.com.br>>.
- **Portal do Envelhecimento** - Criado por alunos e professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Gerontologia e do Núcleo de Estudo e Pesquisa do Envelhecimento (NEPE) da PUC-SP, permite a estudiosos da área e usuários interessados no tema o acesso a informações sobre livros, pesquisas acadêmicas, notícias, entrevistas, leis e direitos dos idosos, videoteca etc., com informações nacionais e internacionais. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.net>>.

prolongam-se a outros espaços, com encontros presenciais e coletivos entre os internautas, levando a vínculos e trocas afetivas nos grupos (Goldman, 2002).

A internet, portanto, cria um espaço para novas aprendizagens e formas de comunicação, diminuindo o isolamento e promovendo a autonomia, gerando novas oportunidades e relações com o mundo, revitalizando as expectativas e os projetos de vida do indivíduo da terceira idade, tornando-o mais presente e atuante na sociedade.

**Sugestões de atividades pedagógicas para idosos**

1. Propor que reflitam sobre a aprendizagem do computador:
  - a) Lembrar e relatar ao grupo o primeiro contato com o computador e identificar os anseios, as dificuldades, os erros, as expectativas, os medos, entre outros sentimentos, dissertando sobre as impressões iniciais com a máquina.

- b) Relatar por escrito e depois compartilhar com os colegas como aprendeu informática, quem ensinou e quais foram os esforços empreendidos, ponderando sobre os aspectos positivos e os fatores dificultadores nas situações de aprendizagem.
2. Solicitar que façam uma pesquisa em revistas, jornais e/ou sites sobre reportagens que tratam da interação da terceira idade com a informática. Depois, destacar pontos a serem compartilhados com os colegas sobre o impacto da informática e suas contribuições na vida da terceira idade.
3. Orientá-los na elaboração de um pré-projeto de informática para a terceira idade, considerando a realidade da instituição, contendo os seguintes itens:
  - a) objetivo geral e específico;
  - b) público-alvo;
  - c) metodologia;
  - d) duração;
  - e) recursos físicos.
 Socializar e discutir as propostas com a turma.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Programa Sociedade da Informação (SOCINFO)*. Disponível em: <<http://ftp.mct.gov.br/temas/Socinfo/default.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2009.
- \_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. *Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)*. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/inclusao-digital/gesac/apresentacao-1>>. Acesso em: 8 fev. 2009.
- COSTA, Leonardo Figueiredo. Inclusão Digital: conceitos, modelo e semânticas. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29, 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1485-1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2009.
- GOLDMAN, Sára Nigri. *Internet e envelhecimento*: um estudo exploratório de salas de bate-papo. In: XIII Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, II Congresso de Geriatria e Gerontologia da SBGG-RJ, 19-22 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.sbgg.org.br/profissional/artigos/internet.htm>>. Acesso em: 2 maio 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Idoso no mundo*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso\\_no\\_mundo.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/idoso_no_mundo.html)>. Acesso em: 20 ago. 2007.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2007*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1230&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1)>. Acesso em: 11 fev. 2009.
- KACHAR, Vitória. A terceira idade e a exploração do espaço virtual da internet. In: CÔRTE, Beltrina; MERCADANTE, Elisabeth Frohlich; ARCURI, Irene Gaeta (Orgs.). *Envelhecimento e velhice*: um guia para a vida. São Paulo: Vetor, 2006[a].
- \_\_\_\_\_. *Internet e terceira idade*: dificuldades, interesses e benefícios. In: World Congress on Computer Science, Engineering and Technology Education (WCCSETE), 12-22 mar. 2006. Itanhaém, 2006[b].
- \_\_\_\_\_. *Terceira idade e informática*: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

- NÉRI, Anita Liberalesso (Org.). *Idosos no Brasil*: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Serviço Social do Comércio (SESC), 2007. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3774>>. Acesso em: 30 abr. 2007.



## Pessoas com deficiência intelectual e envelhecimento das famílias cuidadoras

Maria Amélia Vampré Xavier



Maria Amélia Vampré Xavier é diretora para Assuntos Internacionais da Federação Nacional das APAES (FENAPAES), que conta em todo o Brasil com 2.012 organizações de famílias de nome APAE.

Representante do Brasil na Força-Tarefa de Comunicação nas Américas da organização mundial de famílias Inclusion International, que coordena o trabalho no mundo de cerca de 200 organizações nacionais de famílias com um filho com deficiência intelectual e representa 50 milhões de pessoas com deficiência intelectual.

Membro do Conselho de Administração da entidade Sorri Brasil, do Grupo de Informações da Associação Carpe Diem, da Rede Brasileira de Entidades Filantrópicas (REBRATES) da Inclusion Interamericana, braço da Inclusion International que representa as associações de famílias em todo o continente americano que lutam pelos direitos dos filhos com deficiência intelectual.

*Assim... Ambos assim, no mesmo passo,  
Iremos percorrendo a mesma estrada;  
Tu – no meu braço trêmulo amparada,  
Eu – amparado no teu lindo braço.  
Ligados neste arrimo, embora escasso,  
Venceremos as urzes da jornada...  
[...]*

MÁRIO PEDERNEIRAS.

## Contextualização da deficiência intelectual

**D**urante algum tempo, houve certa relutância no Brasil em aceitar que se dissesse “deficiência intelectual” em alusão à deficiência de aprendizado, ao aprendizado lento e a outras limitações, apesar de todos os documentos vindos do exterior nesses primeiros anos do século XXI mencionarem *intellectual disabilities*, *discapacidad intelectual* etc. Alegava-se que a Constituição brasileira menciona “deficiência mental” e que a expressão não poderia ser alterada, mas os fatos mudam e hoje ela é aceita de forma generalizada.

Essa mudança de definição teve início em setembro de 2000, durante uma assembleia mun-



dial de organizações de famílias filiadas à Inclusion International, na cidade de Cork, Irlanda. Dela participaram, como descrito mais adiante, os autodefensores, ou seja, as pessoas com deficiência intelectual que se expressam e reivindicam por si mesmas o que querem. Como em muitos países há grande confusão entre “doença mental” e “deficiência mental”, os autodefensores em Cork declararam: “Não queremos mais ser chamados de deficientes mentais, e sim de ‘pessoas com deficiência intelectual’, pois não somos doentes mentais”.

A questão das pessoas com deficiências de diversos tipos, entre elas a deficiência mental, atualmente conhecida na maioria dos países civilizados como “deficiência intelectual”, foi tratada com total incompreensão durante séculos. Aliás, em muitos lugares essa displicência se acentuou nas últimas décadas, quando se chegou à conclusão de que enfrentar os desafios de incluir na sociedade, como um direito humano, pessoas com deficiência intelectual representaria um ônus enorme para o governo, uma vez que grande segmento da população teria de receber cuidados médicos. As escolas, então, simplesmente ignoravam alunos com dificuldades de aprendizado e outros transtornos de desenvolvimento por considerá-los “incapazes” de aprender.

*“Não queremos mais ser chamados de deficientes mentais, e sim de ‘pessoas com deficiência intelectual’, pois não somos doentes mentais.”*

No Brasil, alguns professores, na década de 1920, empenharam-se em conseguir ensino especial para crianças com deficiência intelectual. Foram experiências difusas, algumas em Minas Gerais, outras em Campinas, Estado de São Paulo, e em outros lugares, que, no entanto, acabaram caindo na vala comum, porque, naquela época, problemas como esse não eram considerados obrigação do governo. As pessoas com deficiência não interessavam ao censo demográfico e por muito tempo foram classificadas como “incapazes, semelhantes a silvícolas e outros grupos minoritários”, não tendo nenhuma proteção da lei.



EDUARDO BARCELLOS

Nas primeiras décadas do século XX, em muitos países, entre eles Estados Unidos, Canadá e, com muito maior força, Brasil e outros da América Latina, a deficiência mental, ou “debilidade mental”, era considerada uma desgraça que acometia algumas crianças, que precisavam ser escondidas da vista de todos, pois o fato de terem nascido com “mongolismo”, como se dizia então, um problema genético que afetava seu desenvolvimento, se devia, certamente, a algum deslize praticado pelo pai ou pela mãe. Era como se um castigo divino se abatesse sobre a família, que tinha de explicar aos parentes e amigos uma situação desagradável, nociva, vergonhosa que ela mesma não conseguia compreender.

Era mais fácil, então, manter o filho “de cabeça fraca”, como se dizia, totalmente afastado da sociedade. Os pais abonados internavam a



criança em instituições especializadas, para receber os cuidados penosos que eles se recusavam a dar por não entenderem bem o que havia de fora de comum.

As famílias brasileiras ilustres costumavam mandar os filhos para seus sítios e fazendas, deixando-os aos cuidados de algum empregado, e nunca os visitavam. Em muitos casos, assim que a criança com deficiência mental nascia, os pais a isolavam em uma das poucas e caras instituições, e às vezes nem os outros filhos sabiam da existência daquele irmão, considerado uma vergonha enorme para todos os parentes.

### O difícil diálogo entre pais e médicos

Por muito tempo se acreditou que a deficiência mental, ou “retardamento mental”, como também se dizia, fosse uma condição reservada apenas à infância, e os jovens que tivessem deficiências de desen-

volvimento, entre elas a síndrome de Down e outros problemas congênitos, eram considerados “crianças retardadas”. Nos anos 40, 50 e 60, os médicos usavam um linguajar muito duro com os pais aflitos. Não lhes explicavam que tinham um filho com dificuldades, que teriam de superar seus naturais sentimentos de perda, de luto mesmo, pelo nascimento de uma criança atípica, um processo muito natural, que pode ocorrer em qualquer família, e que deveriam aceitá-la como alguém importante, querido, por quem vale a pena lutar. Os médicos não diziam aos pais que toda criança necessita receber amor, especialmente as mais vulneráveis, apenas destacavam os aspectos negativos do fato.

Essa falta de comunicação entre pais e profissionais da saúde era uma representação muito clara do que então se intitulava “modelo médico”, ou seja, os médicos eram onipotentes, todo-poderosos, tinham a chave da ciência para determinar o que aquela criança sofreria até chegar, se chegasse, à adolescência, quando, então, a morte se encarregaria de dar um final à tristeza da família, de tornar sua vida mais leve. Os pais, portanto, eram tratados sempre a distância e não como colaboradores efetivos dos processos educacionais e de saúde pelos quais o filho tivesse de passar.

No início dos anos 60, quando as primeiras organizações de famílias com filho com deficiência intelectual estavam se constituindo em diversos países, todos desenvolvidos, claro, como Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Dinamarca e Suécia, houve uma série de realizações que enfatizavam a questão de que deficiência mental era assunto médico e se referia apenas a crianças. O filme canadense *Eternal children* (Crianças eternas), famoso na época, retrata bem essa situação. É uma representação muito clara de que deficiência ou retardamento mental, hoje intelectual, era algo que se limitava a crianças e que, pior ainda, essas pessoas ficavam presas à ideia de que eram crianças para sempre. Então, por que se preocupar em treiná-las, desenvolvê-las, para que

mais tarde ingressassem no mercado de trabalho ou tivessem direito a lazer com os amigos que escolhessem e a ter uma vida mais autônoma, conforme as circunstâncias permitissem?

Com as dificuldades que as crianças e jovens tinham a enfrentar, e como a medicina não havia alcançado os extraordinários progressos que registra atualmente, era natural que não existisse a preocupação de como dar qualidade de vida a pessoas com deficiência intelectual, como expandir seus direitos e tê-los oficialmente reconhecidos pelos governos.

### A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

*A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se tornou o ponto mais importante dos trabalhos em prol de pessoas com deficiência, incluindo a intelectual.*

Nesta primeira década do século XXI, a Organização Mundial da Saúde (OMS), com toda a experiência acumulada em muitos anos de pesquisas, sempre baseadas em modelo médico, passou a reconhecer e a aceitar o trabalho voluntário, dedicado, constante, incansável dos pais com filho com deficiência intelectual no mundo inteiro. Em outubro de 2004, em Montreal, Canadá, patrocinou a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, da qual participaram 25 países (e mães) considerados autoridades em deficiência intelectual na América Latina. Fui a mãe escolhida em nome do Brasil e guardo ótima recordação dos três dias estudando os direitos fundamentais das pessoas com deficiência.

Como acontece em eventos como esse, cada país foi representado por um pai ou mãe e um psiquiatra ou outro profissional da saúde, e nós, os pais, somos tidos pela OMS como “os melhores especialistas”, uma vez que dedicamos todos os nossos esforços à reabilitação e encaminhamento de nossos filhos à comunidade, sempre demonstrando profundo sentimento de afeto e de solidariedade humana em relação a essas pessoas tão especiais.

Sem dúvida, a conferência de Montreal foi fundamental para que incentivássemos diversos grupos de pessoas com deficiência, em todo o mundo, que já reivindicavam uma Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por acreditarem que esse seria o documento-chave para sua vida.

Aprovada em dezembro de 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tal convenção se tornou o ponto mais importante dos trabalhos em prol de pessoas com deficiência em geral, principalmente de nossos filhos com deficiência intelectual, pois durante muitas décadas foram o segmento mais esquecido entre os demais, o mais desvalorizado, o mais atingido pela pobreza.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência entrou em vigor em maio de 2008, quando o vigésimo país a ratificou, aprovando seu conteúdo. Atualmente, mais de uma centena de países já ratificou o documento, entre eles o Brasil, que o fez em agosto de 2008.

Os artigos que compõem a convenção foram exaustivamente debatidos e estudados pelas próprias pessoas com deficiência, e isso foi fundamental para que o documento seja hoje considerado em todo o mundo um instrumento importantíssimo para a verdadeira inclusão social, educacional, profissional de pessoas com deficiência, entre elas as com deficiência intelectual.

### A Liga Internacional

Um grande marco na defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual foi a criação, nos anos 60, da Liga Internacional de Associações Pró-Pessoas com Deficiência Intelectual (hoje chamada Inclusion International) em Bruxelas, capital da Bélgica. Por intermédio de suas lideranças, principalmente de famílias, começou a irradiar informações, a divulgar livros escritos por pais



sobre o filho com deficiência intelectual, a distribuir materiais educacionais sobre coisas simples, como esquema corporal e formas de ensinar crianças com dificuldades de aprendizado.

A Liga Internacional foi se fortalecendo sobretudo graças à atuação de um casal que se tornou famoso em muitos países, o advogado alemão Gunnar Dybwad e a socióloga norte-americana Rosemary F. Dybwad, que se empenharam para que os pais no mundo todo se organizassem em prol de seus filhos com deficiência intelectual.

### A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de São Paulo

Tivemos a sorte, em São Paulo, de ter na APAE uma grande mãe, fundadora da entidade paulistana em 1960 com um grupo de pais, entre os quais estávamos meu marido e eu. Poliglota, moça culta, com boa situação econômica e de espírito muito elevado, Alda Moreira Estrázulas é ainda hoje citada como líder mundial, que de fato foi, pois não limitou sua atividade de mãe pioneira à APAE de São Paulo.

Alda e eu instalamos, em 1962, um modesto escritório, com uma máquina de escrever e uma escrivantina muito velhas, no meio de uma sala da instituição. Enquanto outras pessoas discutiam diversos problemas da APAE, nós escrevíamos para o exterior e nos informávamos do que estava acontecendo na Dinamarca, nos Estados Unidos ou na Inglaterra, entre outros países que mantinham contato conosco.

Em junho de 1966, a convite de Alda Moreira Estrázulas, recebemos a primeira visita de Gunnar e Rosemary Dybwad em São Paulo para conversar conosco, fazer palestras, explicar suas ideias tão avançadas para a época, em prol de nossos filhos com deficiência intelectual.

Logo de início percebemos que as poucas classes e escolas especiais mantidas pelo governo do Estado, assim como as creches municipais,

ARQUIVO APAE DE SÃO PAULO



estavam muito longe dos padrões que o casal Dybwad sustentava, defensor do convívio de crianças com deficiência, desde bebês, com outras que não a tivessem. Nenhum outro casal, famoso e muito experiente, compartilhou com tanta simplicidade e sabedoria conceitos que conduziram à inclusão da pessoa com deficiência intelectual na educação, nos serviços de saúde, na preparação profissional e no mercado de trabalho. Tudo o que se sabe hoje no mundo todo sobre pessoas com deficiência intelectual tem a sementinha plantada por Gunnar e Rosemary Dybwad. Ambos fizeram mais por milhões de pessoas com deficiência intelectual do que já se conseguiu porque seu devotamento a nossa causa era imenso e total!

No Brasil, principalmente depois que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) convocou educadores de todo o mundo para se reunirem em Salamanca, Espanha, em junho de 1994, em torno da ideia “educação para todos”, a situa-

**Segundo a ONU, 10% da população mundial é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, essa população é de 14,5%.**

ção começou a melhorar. Crescia a conscientização da necessidade de que crianças com deficiência intelectual não fossem ensinadas em escolas especiais, como as das APAES, que prestam bons serviços, mas não são inclusivas, ou seja, não abrangem as diferentes raças, culturas e outras características que compõem a diversidade humana.

Discussões infundáveis passaram a ser travadas em todo o país entre aqueles que defendiam que crianças com deficiência, incluindo a intelectual, deveriam estudar em ambientes protegidos, como os das APAES, e os articuladores da inclusão educacional, que consideravam um direito

inalienável dessas crianças estudar com amigos, primos e irmãos na escola próxima de casa. Essas escolas, no entanto, deveriam oferecer não apenas currículos adaptados e estratégias pedagógicas que contemplassem alunos com deficiência intelectual, mas também acessibilidade, já que eles têm frequentemente mobilidade reduzida e não conseguem enfrentar escadas, terrenos muito íngremes e todo tipo de dificuldade para chegar à sala de aula.

Ainda hoje, muitos educadores, não preparados para aceitar a diversidade humana proposta pela educação inclusiva, mostram evidente má vontade de aceitar em sua sala de aula alunos com deficiência, por representarem um desafio difícil. O que eles não sabem é que resultados de boas práticas educacionais em todo o mundo comprovam a importância da educação inclusiva, porque esse ambiente de pertencimento fará com que os outros alunos, sem deficiência, desenvolvam disponibilidade afetiva em relação a coleguinhas com dificuldades, tornando todas as crianças elementos que sempre contribuirão muito para a aceitação do próximo como alguém importante. Os próprios professores também crescem e se desenvolvem espiritualmente com esse grande mas maravilhoso desafio de aceitar alunos com dificuldades na sala de aula.

## A população brasileira com alguma deficiência

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 10% da população mundial é constituída por pessoas com algum tipo de deficiência. No Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2000, 14,5% da população tem alguma deficiência, ou seja, um contingente de mais de 24 milhões de pessoas.

Nas cidades brasileiras, as pessoas com deficiência quase não são vistas nas ruas, nos ônibus, nas escolas, nos cinemas, nos restaurantes, pouco aparecem na televisão, na política etc., contrariamente ao que acontece em países de bons programas sociais, como o Canadá.

Os especialistas e observadores em geral dizem que essa “invisibilidade”, amplamente reconhecida, é o resultado de um círculo vicioso: as pessoas com deficiência são pouco vistas nas ruas porque a maioria dos ambientes não é acessível e a maioria dos ambientes não é acessível porque quase não se veem pessoas com deficiência nas ruas.<sup>1</sup>

1. Para mais informações, ver o livro: Rede Saci, projeto da USP. *Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo (IMESP), 2006.

Portanto, a acessibilidade tornou-se um objetivo primordial para a qualidade de vida de brasileiros com deficiência. Grupos muito ativos de pessoas com deficiência em todo o país têm lutado por esse direito inalienável de qualquer cidadão: ter a possibilidade de locomover-se de um lugar para outro sem depender de alguém para carregá-lo, empurrá-lo etc., porque há buracos no asfalto, degraus inacessíveis, enfim, uma série de dificuldades que o cidadão comum não percebe, pois não tem limitações físicas.

A já citada iniciativa da UNESCO de promover uma grande reunião de es-



EDUARDO BARCELLOS

pecialistas em educação do mundo inteiro em Salamanca, em junho de 1994, teve grande importância, porque foi o divisor de águas entre a conceitualização até ali aceita de que crianças sem deficiência deviam estudar em escolas comuns, vizinhas a suas casas, e crianças com algum tipo de deficiência tinham de frequentar classes especiais, com métodos pedagógicos específicos. Isso criou a ideia de que essas crianças não devem estudar juntas, o que contraria um

dos mais elementares direitos humanos: o de que todos podemos viver juntos como parte da comunidade e dar nossa contribuição, sejam quais forem os empecilhos ou limites colocados diante de nós.

Seguindo o princípio da educação para todos, o Brasil assumiu o compromisso de que todas as crianças têm o direito de estudar juntas, salvo nos raros casos em que de fato se impõem outras soluções. A questão, no entanto, vem gerando, sobretudo no último decênio, grande polêmica nacional, que não tem se realizado sem mágoas, sem sofrimentos, sem profundos medos e incertezas dos pais de crianças com deficiência, receosos de que os filhos, ao estudarem com alunos mais bem-dotados ou sem problemas de aprendizado, sejam repelidos por esses colegas, com zombarias, apelidos destrutivos e outras atitudes negativas.



EDUARDO BARCELLOS

Ainda hoje muitos educadores brasileiros, malgrado os expressivos esforços do Ministério da Educação, recusam-se a aceitar alunos com alguma deficiência em suas classes, declarando que não foram preparados para enfrentar os desafios, os problemas que crianças com limitações muitas vezes impõem. Esses professores, cujo número vem diminuindo gradativamente, teriam de reformular primeiro os próprios valores, refletir sobre o motivo de terem escolhido a nobre missão de ensinar. Os ganhos que um professor conquista quando consegue dar apoio e orientação a uma criança com deficiência, seja qual for, sobretudo a intelectual, são enormes para sua felicidade pessoal, sua sensação de bem-estar com a vida, por crescer com os problemas dos alunos, adquirindo confiabilidade e reforçando a autoestima.

Sabemos, pois, que foram os pais os grandes artífices de um mundo que se dispusesse a bem receber seus filhos com limitações, mas, certamente, com qualidades de caráter que só quem convive intimamente com pessoas com deficiência é capaz de reconhecer e aquilatar.

### Os autodefensores

No começo dos anos 70, surgiu o movimento New Voice (Nova Voz), uma manifestação a princípio pequena e desorganizada, depois cada vez mais bem estruturada. Jovens e adultos com deficiência intelectual que aderem a esse movimento são conhecidos, no Brasil, como “autodefensores” e, na Argentina, no México e em outros países de língua espanhola, como “*personas primero*”. São grupos de pessoas que se organizam, se preparam para defender os próprios interesses, mesmo que tenham dificuldade de fala e necessitem, com frequência, de alguém que as oriente ou seja sua “pessoa de apoio”.

*A convenção não propõe direitos novos para pessoas com deficiência, mas explica de que modo os direitos que elas já têm devem ser promovidos e protegidos.*

“Não queremos que previnam nosso nascimento. Queremos ser incluídos, queremos ser parte da comunidade em que vivemos, queremos viver vidas felizes, ser respeitados por todos, e não podemos aceitar iniciativas que nos desvalorizem.”

Os grupos mais organizados vêm de países adiantados. Na Nova Zelândia, onde os autodefensores são chamados de “*people first*”, eles foram responsáveis pelo fechamento de cerca de 3 mil instituições de acolhimento de pessoas adultas com deficiência intelectual. Não se concebe mais aquela situação difícil que ocorria nos anos 30, 40, 50, quando pessoas com deficiência intelectual ficavam confinadas em hospitais-lares, nosocômios com espaço para a moradia de 8 mil pessoas, onde não havia nenhuma privacidade. Esses “depósitos” de gente sofrida, esquecida, maltratada, sem direito algum eram comuns na Inglaterra, nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos e ainda existem no Leste Europeu, a região mais pobre e mais sofrida da Europa, em que os direitos do cidadão também são muito desrespeitados, como acontece no Oriente, no continente americano e em outras partes do mundo.

A primeira autodefensora a se apresentar na ONU foi a canadense Barb Goode, em 1992, que ali compareceu acompanhada do então presidente da organização mundial de famílias Inclusion International, o sueco Victor Wahlstrom. Sua participação foi um enorme sucesso, além de uma grande surpresa!

Em 2006, como visto, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro documento cuja elaboração contou com o envolvimento direto de pessoas com deficiência. Entre outros pontos importantes, a convenção:

1. Não propõe direitos novos para pessoas com deficiência, mas explica de que modo os direitos que elas já têm devem ser promovidos e protegidos.
2. Diz aos governos de que forma promover e apoiar os direitos de seus cidadãos com deficiência.

3. Afirma que, uma vez que um governo assine a convenção, deve respeitar esses direitos dentro de suas leis. As Nações Unidas monitorarão esses governos para terem a garantia de que estão fazendo o que a convenção estabelece.

A convenção reconhece que a família exerce papel fundamental na vida de crianças e adultos com deficiência e que ela precisa receber apoio. Para as crianças, a família representa o vínculo com todos os aspectos da comunidade: escola, recreação, redes de trabalho social, saúde, entre outros; para os adultos, a possibilidade de apoio e inclusão na comunidade.

Uma das questões que mais perturbam as famílias e os próprios autodefensores está incluída no artigo 10: o direito à vida. Os autodefensores, em suas contínuas manifestações em defesa de seus interesses e de sua humanidade, chamam a atenção para o fato de que existem pesquisas científicas que indicam a adoção de fórmulas para impedir o nascimento de pessoas com deficiência intelectual. Alertam que isso já está ocorrendo com pessoas com síndrome de Down e que provavelmente outros grupos com problemas genéticos poderão ser afetados. Dizem eles com veemência: “Não queremos que previnam nosso nascimento. Queremos ser incluídos, queremos ser parte da comunidade em que vivemos, queremos viver vidas felizes, ser respeitados por todos, e não podemos aceitar iniciativas que nos desvalorizem”.

Uma vez que por séculos consecutivos as pessoas com deficiência de qualquer tipo foram excluídas da comunidade, em muitas ocasiões escondidas dos próprios familiares por causa de ideias preconceituosas de “ira divina”, de “maldição”, de “vergonha para a família”, os programas sociais eram contra a possibilidade de que pessoas com síndrome de Down ou outros problemas genéticos, consideradas “incapazes”, se casassem e tivessem filhos. Essa situação vem mudando, embora muito vagarosamente.

Como todas as pessoas com deficiência querem para si, e com justiça, o mesmo tratamento igualitário de qualquer cidadão, um casal de pessoas com deficiência intelectual, por exemplo, que tiver um filho – o que tem ocorrido, em pequena escala, em diversos lugares

### O que dizem os autodefensores sobre família

O neozelandês Robert Martin, que tem deficiência intelectual, morou muitos anos em uma instituição rígida e fechada em seu país e se tornou o grande líder mundial dos autodefensores, em vista de seu constante trabalho de esclarecimento e participação no conselho diretor da Inclusion International. Afirma ele:

#### *Fazendo parte de uma família*

*Acredito que todas as crianças têm direito de crescer como parte de sua própria família. Sei através de minha própria experiência como isso é importante. É bastante triste que aqueles de nós que mais precisamos de nossas famílias enfrentamos o maior risco de sermos separados de nossas famílias. Um número grande de nós, por termos uma deficiência, somos colocados em lares adotivos e não moramos com nossos pais... Acredito que uma família que permanece unida cresce unida. Deve ser direito de toda criança fazer parte de sua própria família.*

#### *Ser querido*

*Acredito que toda criança tem o direito de ser amada e de transmitir amor. Sei o que a gente sente quando cresce sem esse amor. Cresci com membros de equipes e com estranhos. A equipe e os médicos iam para casa ter com sua família. Deixavam-me para trás na instituição, chorando. Não aprendi quando criança a transmitir amor. Fiz a única coisa que sabia, que era brigar para ter o que queria. Levei muito tempo para perceber que isso estava errado. Levei muito tempo para aprender a amar.*

A autodefensora Mia Farah, da Associação de Famílias do Líbano, que tem um filho com deficiência intelectual, é muito resoluta. Em janeiro de 2008, veio ao Brasil para participar de importante evento sobre educação para todos. Deu seu depoimento durante a Assembleia Mundial da Global Education Alliance em São Paulo, propondo que todos os alunos com deficiência fizessem parte dos programas educacionais dos países. A jovem afirma:

*Família é muito importante para nós.  
Ensino a meus pais muita coisa sobre síndrome de Down.  
Eles conhecem a minha condição.  
Eles sabem o que eu posso fazer, o que quero fazer.  
Eles conhecem meus sonhos, meus sentimentos.  
É por isso que eles podem me ajudar.  
Quando eu era bebê, meus pais falavam em meu nome.  
Porém sei que posso falar por mim mesma e eles estão por perto para me ajudar.  
Fui para a escola. Aprendi acerca de meus direitos.  
Falei com meus pais acerca disso e eles me ajudam a tomar decisões.*

– precisará contar com o apoio constante da família mais próxima, para garantir uma criação adequada e uma vida saudável à criança que nasceu.

Muitas famílias acham terrível a possibilidade de ter um netinho nascido de um casal com deficiência e, em muitos casos, mandam esterilizar as filhas ainda pequenas. Essa prática pode ser razoavelmente comum, mas, com certeza, contraria todos os avanços que têm sido registrados quanto aos direitos adquiridos das pessoas com deficiência.

### E sobre trabalho

As observações de autodefensores de muitos países a esse respeito são claras e imperativas:

- *A maioria de nós, que temos deficiência intelectual, temos sido excluídos da força de trabalho remunerada.*
- *Alguns de nós fomos colocados em oficinas de trabalho onde, na melhor das hipóteses, recebemos pagamento muito reduzido.*
- *Isso reforçou as atitudes negativas, quanto a nosso valor, na mente de outras pessoas. Isso quebra nosso espírito.*
- *Nossa falta de oportunidade de conseguir trabalho remunerado fez com que muitos de nós permanecêssemos aprisionados na pobreza.*



No mundo todo a tendência é fazer com que pessoas com deficiência, sobretudo intelectual, tenham direito ao próprio corpo, a manifestar sua sexualidade da forma que lhes parecer mais viável, a ter uma vida emocional plena, como qualquer outra pessoa.

Entretanto, como toda mudança causa sofrimento, há a possibilidade de que a família imediata não tenha condições de criar de forma adequada o filho da pessoa com deficiência, legítimo membro da família. Em casos assim, os Estados signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência têm de fazer o máximo esforço para fornecer cuidados alternativos dentro da família maior ou, se isso não for possível, dentro da comunidade, em um ambiente familiar.

A convenção também exige dos governos que a ratificaram:

- Não permitir a discriminação com base na deficiência.
- Possibilitar o acesso das pessoas com deficiência a treinamento vocacional.
- Garantir seu direito de procurar emprego tanto no setor público como no privado.

- Promover oportunidades de autoemprego.
- Oferecer apoio para que pessoas com deficiência participem de trabalho remunerado.

## O envelhecimento das famílias cuidadoras

Uma questão muito importante, que vem surgindo nos últimos anos em São Paulo, Brasília, Minas Gerais e outras partes do Brasil e do mundo, é a do envelhecimento das famílias cuidadoras, ou seja, de pais como nós, que há quase 50 anos damos apoio e procuramos cuidar e organizar a vida de nosso filho.

Não é fácil envelhecer com um filho com deficiência intelectual, porque ele está sujeito às mesmas enfermidades que acometem as outras pessoas quando estão envelhecendo, em geral a partir dos 50 anos.

É um período crítico, em que a mulher que foi mãe durante toda a vida de uma pessoa com deficiência está sobrecarregada de problemas, tensões, casos de pressão alta ou outros males e, assim mesmo, precisa dedicar a maior parte do tempo a esse filho. Há relatos de pais na faixa dos 80 e poucos anos cuja memória começa a falhar. E de que forma poderá um pai, uma mãe com artrite reumatoide, diabetes ou outro problema que exija cuidados médicos específicos cuidar também das atividades diárias do filho que envelhece?

Esse é um aspecto de nossa luta de família engajada há quase 50 anos com esses problemas sérios, que têm merecido muita atenção nos dias de hoje. Vemos com satisfação que estão se formando, especificamente em São Paulo, grupos de estudo do envelhecimento dos quais fazem parte gerontólogos, cuidadores, psicólogos, assistentes sociais, pessoas cujo maior ideal na vida é ser útil a outros cidadãos, a seu próximo na comunidade.

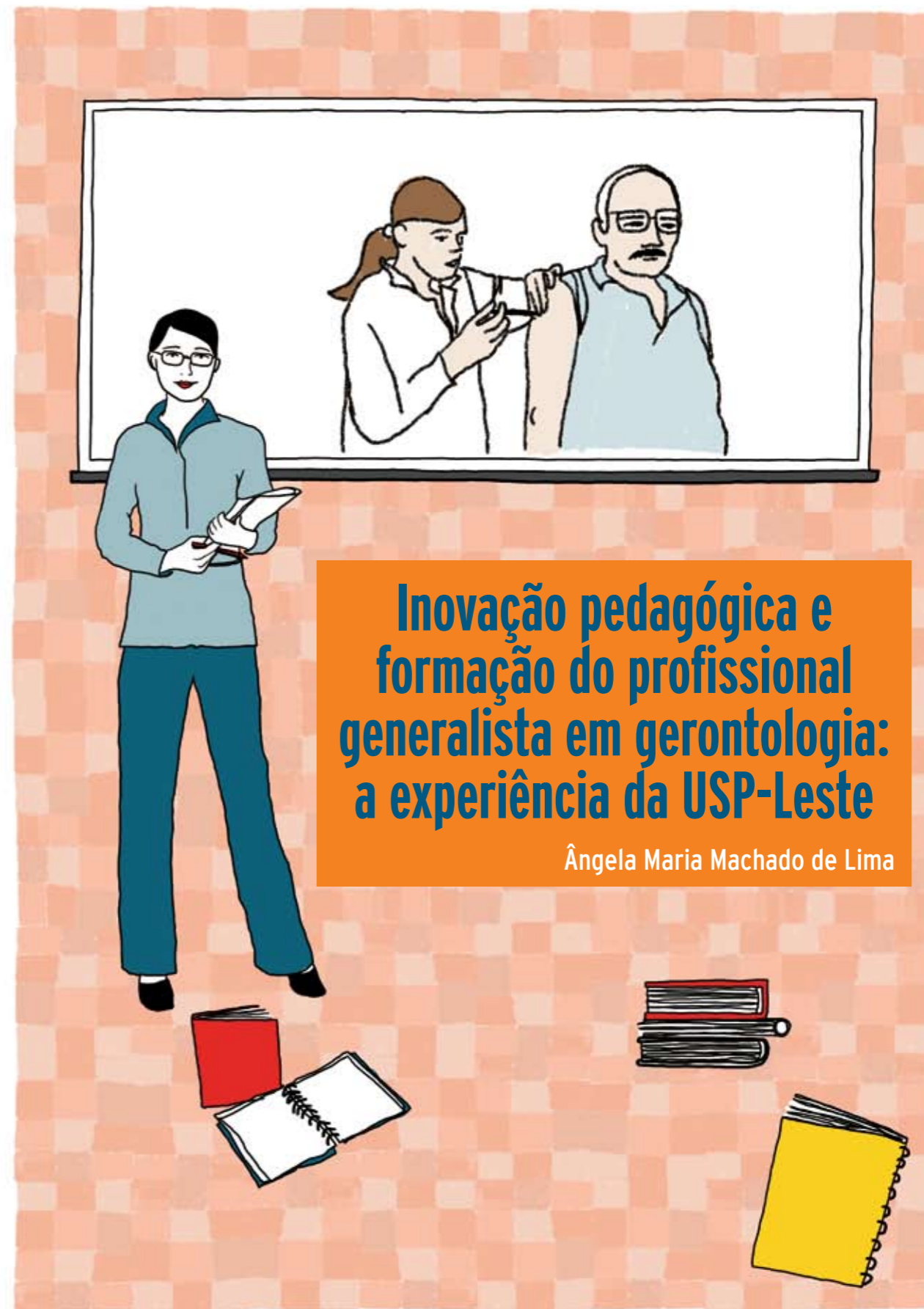
*Uma questão muito importante, que vem surgindo nos últimos anos em várias partes do Brasil e do mundo, é o envelhecimento das famílias cuidadoras.*

Existem muitos caminhos a nossa frente, todos eles plenos de desafios. Mas vamos adiante em nosso esforço coletivo, sem vacilar em face das dificuldades da empreitada.

Contamos com gente do maior valor ligada a estudos do envelhecimento e estamos aprendendo cada dia mais a envelhecer com saúde e pensando no que acontecerá com esses nossos filhos com deficiência que estão envelhecendo e que certamente nos superarão. Mais dia, menos dia, teremos de deixá-los. Façamos isso com firmeza, os olhos bem abertos e muita fé em Deus, em um poder maior, para que nossos filhos tenham a qualidade de vida que sempre sonhamos para eles.

### Algumas perguntas norteadoras para debate em grupo

- A sociedade está preparada para aceitar como membros efetivos as pessoas com deficiência, com seus direitos assegurados pela Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência?
- Quais são as estratégias a serem adotadas para ajudar as famílias envelhecidas, cuidadoras de seus filhos com deficiência?
- O poder público, compreendendo a angústia dos pais envelhecidos, incapazes de cuidar de si próprios, quanto mais do filho com deficiência, está preparado para lhes dar uma contribuição real, aliviando sua carga de trabalho?



**Inovação pedagógica e formação do profissional generalista em gerontologia: a experiência da USP-Leste**

Ângela Maria Machado de Lima

*Que idade tens, Colombina?*

*Será a idade que pareces?...*

*Tivesses a que tivesses!*

*Tu para mim és menina.*

MANUEL BANDEIRA, "ARLEQUINADA".

## **A educação superior, a gestão pedagógica e os novos paradigmas de ensino-aprendizagem**

**A** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trouxe importantes possibilidades de transformações no ensino superior do Brasil. As legislações complementares, incluindo leis, decretos, portarias ministeriais e resoluções do Conselho Nacional de Educação, determinaram uma série de modificações na vida acadêmica e das instituições de ensino superior (IES).

Alinhados aos argumentos de Paulo Roberto da Silva (2007) e apenas para ilustrar tais mudanças, citamos as novas diretrizes curriculares, com a obrigatoriedade de flexibilização curricular, a extinção dos currículos mínimos e a articulação da graduação com a pós-graduação ao introduzir o conceito de "educação continuada e permanente" para

Ângela Maria Machado de Lima é médica sanitária, mestre em Medicina, doutora em Ciências, professora doutora e coordenadora do curso de graduação em Gerontologia da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). É supervisora docente da Liga Acadêmica de Gerontologia da EACH/USP na gestão 2007 a 2009.

os futuros profissionais. Segundo o autor, podemos assim resumir essas inovações curriculares:

- **Estímulo ao estudante:**
  - raciocínio crítico/analítico;
  - trabalho em equipe;
  - educação continuada/permanente.
- **Diploma diferenciado:** exige aprimoramento e regula o direito automático de exercício da profissão.
- **Redução da duração dos cursos:** a graduação é considerada etapa inicial da formação.
- **Formação integrada à pós-graduação** (educação continuada e permanente).
- **Formação multidisciplinar:** permite maior mobilidade no mercado de trabalho.
- **Inserção de até 20% de cursos semipresenciais** (educação a distância – EAD).
- **Avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES** (autoavaliação/avaliações externas para fins de reconhecimento/recredenciamento de cursos e instituições).

Além de promover essas inovações, a LDB aboliu a obrigatoriedade da existência de departamentos nas instituições de ensino superior. Estes, criados como órgãos inovadores pela reforma universitária de 1968 para substituir os conselhos administrativos e cuidar diretamente dos assuntos acadêmicos, não se revelaram eficientes. Na prática, conforme nos indica Silva (2007), os departamentos falharam em conduzir sua principal missão, a **gestão acadêmica dos cursos**, pois suas ações se voltaram quase exclusivamente para as atividades-meio, especialmente na gestão de pessoas



e recursos físicos. Nesse cenário, a nova LDB buscou, portanto, instruir a necessidade de extinguir tal situação, que perdurava havia muito tempo.

Segundo o mesmo autor, o impacto da exigência de avaliação permanente no ensino superior é bastante conhecido. Tanto o Ministério da Educação (MEC) como as IES se apressaram em colocar a avaliação em destaque. Os primeiros planos de avaliação institucional nas IES priorizavam a avaliação docente, isoladamente, sem levar em conta o conjunto de todo o processo de avaliação. Hoje, com a introdução do SINAES, as instituições de ensino evoluíram para a autoavaliação, articulada a um plano de desenvolvimento institucional (PDI) e projetos pedagógicos institucionais (PPIs) e de curso (PPCs).

Silva (2007) analisa os processos de avaliação executados pelo MEC e pelas próprias IES. Observa que eles têm sido a face mais visível dos impactos provocados pela LDB no âmbito das instituições de ensino e aponta o surgimento da figura do **coordenador de curso**, que tem se revelado de fundamental importância na implantação e manutenção de um ensino de qualidade. Os resultados da avaliação visam não apenas à qualidade no ensino, como também à renovação de reconhecimento de cursos e ao recredenciamento das instituições, colocando responsabilidades ainda maiores sobre os ombros do gestor acadêmico – o coordenador de curso.

Além das questões decorrentes da nova legislação, sobretudo da maior exigência de qualidade no ensino superior, Silva (2007) destaca a expressiva expansão das IES e de cursos, cujo número dobrou em pouco mais de uma década. Com os dados preliminares de 2006, afirma que há pelo menos 5,5 milhões de estudantes matriculados nos cursos superiores presenciais e a distância no país.

*Os primeiros planos de avaliação institucional nas IES priorizavam a avaliação docente, isoladamente. Com a introdução do SINAES, as instituições de ensino evoluíram para a autoavaliação.*



WALTER CRAVEIRO

Embora a nova legislação atribua às instituições de ensino superior a reformulação de estatutos e regimentos, de modo geral não ocorreram mudanças significativas em sua estrutura operacional. Esperava-se que as IES buscassem modificar essa prática de gestão burocrática de departamento/coordenador de curso, usada, aliás, há mais de 40 anos, porém pouco se progrediu nesse quesito, conclui Silva (2007).

Outra questão relevante a considerar é que a universidade brasileira, comprometida com o modelo de ensino e gestão pedagógica tradicional, apesar das diretrizes da LDB, tem deparado com o fato de que é pouco vantajosa a postura reducionista de não valorização do estudante no processo de ensino-aprendizagem.

Aprender, segundo o modelo tradicional, significa essencialmente memorizar conteúdos de disciplinas básicas ou profissionalizantes,

nas quais o professor é o responsável por repassar conhecimentos ou conteúdos ao estudante, que é receptor passivo e acrítico. Paulo Freire (1996) postula que “formar” deve ir muito além de treinar ou adestrar o estudante no desempenho das tarefas ou atividades.

Para Hentz (sem data), atividade “é a ação de um sujeito ativo, o que implica considerar a vontade e a motivação para agir”. Essa abordagem é interessante, pois sem a interatividade entre os sujeitos comprometidos com a aprendizagem (docentes e estudantes) será inviável desenvolver metodologia de aprendizagem significativa ou dialética de ensino, que pressupõe movimento de polos contrários, em contraposição à lógica da metodologia tradicional, com direção linear.

No entanto, sabemos que, apesar de minoritários, há em curso esforços bem-sucedidos de projetos pedagógicos, no Brasil e em outros países, que propõem mudanças em estruturas curriculares e que buscam focar o papel parceiro entre docentes, estudantes e universidade como espaço de exercício de cidadania e formação inovadora e crítica.

Nesse contexto de novos paradigmas, foi fundada, em 2005, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), unidade da USP situada no bairro de Ermelino Matarazzo, zona leste do município de São Paulo. Organizada com base no princípio da interdisciplinaridade e embasada em projeto pedagógico adotado internacionalmente, a EACH/USP conta com dez cursos que visam a atender às emergentes necessidades sociais e profissionais do país, do Estado de São Paulo e da zona leste da região metropolitana do município.

No que se refere à gestão pedagógica, não possui departamentos, e seus colegiados acadêmicos são representados pela Comissão de

*Na obra **Pedagogia da autonomia**, Paulo Freire postula que “formar” deve ir muito além de treinar ou adestrar o estudante no desempenho das tarefas ou atividades.*

*Em sintonia com os princípios da EACH/USP, o bacharelado em Gerontologia visa a contribuir para a compreensão dos fenômenos associados ao envelhecimento humano.*

Graduação (CG) e pelas Comissões de Coordenação de Cursos Intraunidade (CoC-I). Estas últimas vêm assumindo posturas cada vez mais propositivas, com as atribuições de debater e articular com a CG as estratégias dos cursos, assim como de zelar pela implementação e avaliação dos projetos político-pedagógicos, privilegiando a integração horizontal (entre cursos) e vertical (intra-curso). São necessários, portanto, investimentos em projetos que favoreçam o compromisso e maior atuação do corpo docente em reuniões periódicas das CoC-I, cujo regimento está em processo de revisão, com ampla colaboração da comunidade acadêmica.

Essa iniciativa representa a participação ativa da universidade no movimento de transformação da sociedade, ao criar novas profissões e ampliar as oportunidades de trabalho para os egressos de novas áreas de conhecimento e práticas, entre elas a gerontologia.

Apresentamos aqui a estrutura geral do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Gerontologia, que prevê a formação de profissional com competência generalista para atuar no processo de envelhecimento humano. Trata-se do bacharel em Gerontologia, também conhecido como gerontólogo.

### **Bacharelado em Gerontologia: inovação necessária, desafio assumido pela USP**

O projeto político-pedagógico desse curso se embasa no princípio da interdisciplinaridade, ou seja, formar estudantes de modo integrado, unindo bases teóricas de seu curso de ingresso a temas de formação geral, como cidadania e direitos humanos, relação sociedade-natureza, tratamento de dados, entre outros. Essa lógica se distribui pelos níveis básico, fundamental e avançado do curso.



WALTER CRAVEIRO

Por exemplo, o conjunto de disciplinas com foco em saúde coletiva, em que atuamos diretamente, contribui para a formação do gerontólogo, apresentando e problematizando os conhecimentos fundamentais de epidemiologia, bioestatística e gerontologia. Discutem-se em sala de aula, sempre que pertinentes, as modificações que ocorrem durante o processo de envelhecimento e suas implicações na saúde individual e coletiva.

Os temas são abordados com base nas discussões iniciais com os estudantes, e o conhecimento prévio ou cotidiano precede as aulas teóricas. Além dessa dinâmica, estimulam-se estudos de caso e discussões de trabalhos científicos para que os alunos se apropriem dos conhecimentos trabalhados em aulas teóricas e mantenham sempre a motivação de resolver problemas, preparando-se para formular questões de pesquisa e atuar em situações concretas.

Desse modo, o bacharelado em Gerontologia, em sintonia com os princípios que organizam a EACH/USP, visa a contribuir para a compreensão dos fenômenos associados ao envelhecimento humano. Os egressos desse curso têm a habilidade de organizar ou auxiliar na organização de ações e serviços voltados à promoção do envelhecimento ativo e saudável e, também, de atuar no monitoramento das



condições sociais e de saúde dos idosos, de maneira a evitar ou postergar maiores agravos. Em grandes linhas, esses estudantes são formados para atuar como **gestores de atenção** em gerontologia, mas também podem, após a conclusão do curso, seguir carreira acadêmica ou de pesquisa nas diversas áreas que compõem o campo das ciências que estudam o envelhecimento humano.

O gerontólogo é um profissional com foco generalista que se ocupa de administrar as diversas demandas com os recursos existentes e/ou potenciais, funcionando como um elo entre as diferentes profissões que cuidam do idoso e do processo de envelhecimento. Tem competência para atuar na organização de programas e serviços de atenção aos idosos e seus familiares, de modo a responder às necessidades de constante reformulação das políticas assistenciais de saúde e de atenção às pessoas com mais de 60 anos, além de contribuir para promover o envelhecimento ativo e saudável.

Esses objetivos se traduzem em disciplinas e atividades práticas contidas no Projeto Político-Pedagógico do Curso de Gerontologia, apresentado, em linhas gerais, a seguir (EACH/USP, 2008).

## O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Gerontologia

### Perfil do graduando

O profissional egresso do curso de Gerontologia estará preparado para:

- Reconhecer as dimensões física, emocional e sociocultural que integram a vida das pessoas e afetam o curso de vida, com ênfase no processo de envelhecimento.
- Compreender o envelhecimento como fenômeno sociovital complexo no qual estão envolvidas relações de alteridade e de responsabilidade individual e social.
- Contribuir para o desenvolvimento de um envelhecimento saudável, apoiando o cuidado e encorajando a participação ativa da família e do idoso nesse processo.
- Participar de ações educativas e de saúde com base nos princípios de autonomia e independência.
- Articular conhecimento científico, observações qualificadas, habilidades técnicas, planejamento e avaliação de ações na tomada de decisões.
- Desenvolver suas atribuições com base em responsabilidade ético-política, tomando como referência os princípios de integralidade e equidade, valorizando o conhecimento interdisciplinar e a atuação multiprofissional.
- Aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o curso em programas de pós-graduação *stricto e lato sensu*.

### Objetivos do curso

O curso de Gerontologia da EACH/USP visa a desenvolver uma modalidade de formação que impacte positivamente a qualidade de vida do idoso e sua família.

*O curso de Gerontologia da EACH/USP visa a desenvolver uma modalidade de formação que impacte positivamente a qualidade de vida do idoso e sua família.*

O profissional egresso desse curso, integrado à equipe de saúde, será capaz de atuar de forma autônoma, responsabilizando-se pela atenção às necessidades físicas, psicológicas e socioculturais relacionadas ao envelhecimento em diferentes contextos. Terá competência para participar ativamente das transformações no perfil epidemiológico da saúde, em processo de transição, bem como para prevenir os agravos e promover o envelhecimento saudável e participativo.

### Competências e habilidades

Ao final do curso, o graduando será capaz de:

- Atuar em instituições públicas e privadas de saúde (hospitais, ambulatórios, unidades básicas de saúde, centros e hospitais-dia, centros de referência, centros de convivência, programas e serviços de assistência domiciliar) e instituições de ensino e pesquisa.
- Desenvolver processo interativo e complementar com os diversos níveis de complexidade da rede de atenção à saúde.
- Auxiliar o idoso e seus familiares a encontrar os serviços adequados a suas necessidades assistenciais, assim como no planejamento, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.



- Coordenar ações de assistência à saúde do idoso e sua família.
- Atuar em equipe multiprofissional de atenção ao idoso.
- Analisar criticamente a realidade de atenção ao envelhecimento e propor ações criativas para solucionar os problemas encontrados, levando em conta o perfil epidemiológico, os fatores sociopolíticos e culturais, a tecnologia, os equipamentos, os recursos disponíveis e necessários à prática profissional.
- Contribuir para a construção do conhecimento gerontológico por meio do ensino e da pesquisa.
- Colaborar para a formação de recursos humanos na área da gerontologia.

### Organização do curso

O curso de Gerontologia foi concebido de modo a desenvolver, no futuro profissional, habilidades multidisciplinares associadas às necessidades físicas, psicológicas e socioculturais dos idosos. Essas habilidades, estabelecidas sob sólidos princípios científicos, devem estar incluídas de forma competente, autônoma, ética e responsável, nos mais diversos contextos que demandarem a atuação desse profissional.

Inserido no projeto pedagógico da EACH, o curso de Gerontologia inicia-se no Ciclo Básico, que tem como objetivo ampliar a formação humanista e científica. Nesse momento, os alunos desenvolvem três eixos de formação inter-relacionados:

1. *Formação introdutória* no campo de conhecimento da gerontologia, em que se apresentam os alicerces conceituais dessa área.
2. *Formação geral*, que abrange disciplinas das áreas de ciências naturais, humanidades e artes, com ênfase nos aspectos teóricos e metodológicos, fundamentados em bases filosóficas do conhecimento científico, nas relações sociedade-natureza e nas noções de direitos humanos e cidadania.

3. *Formação científica*, em que se busca promover e incentivar a iniciação científica por meio de metodologia de ensino apoiada em problemas, possibilitando a aproximação às temáticas de cidadania e o desenvolvimento de projetos de pesquisa vinculados a problemáticas sociais.

Considerando que o gerontólogo terá como foco principal de sua atuação a promoção do envelhecimento saudável e ativo, a qual pressupõe a articulação das dimensões biológica, psicológica e social desse processo, três **eixos estruturantes** se fazem presentes ao longo dos oito semestres do curso, cada um deles composto por disciplinas curriculares, sequenciadas por critérios de continuidade de conteúdos, requisitos de aprendizagem e grau crescente de complexidade:

1. *As Bases Biológicas do Envelhecimento, Cuidados e Promoção da Saúde.*
2. *Fundamentos de Psicologia para Gerontologia.*
3. *Envelhecimento, Cultura e Sociedade.*

Como forma de buscar garantir as inter-relações com áreas afins, assim como com os demais cursos da EACH, o curso de Gerontologia também contempla um conjunto de disciplinas que ampliam os estudos e as práticas relacionadas ao envelhecimento. Em contextos interdisciplinares, imprescindíveis para o futuro exercício profissional, os alunos entram em contato, por exemplo, com princípios de atividades físicas, fisioterapia, nutrição, lazer e turismo etc., além de informática, saúde bucal, pedagogia e *marketing*, estes últimos como disciplinas optativas, sempre dirigidas à atenção ao idoso.

Os três eixos estruturantes entrelaçam-se e convergem no contexto prático e interdisciplinar estabelecido semestralmente pelos *Estágios Curriculares Integrados*, que, caracterizados por graus de complexidade crescentes, levam em conta a organização da rede de atenção à saúde no município de São Paulo e o nível de participação e responsabilidade dos alunos nas atividades didáticas propostas.



A esta altura o leitor poderá pensar: qual será a perspectiva de trabalho para um recém-formado em Gerontologia?

Em virtude da formação oferecida na EACH, que valoriza a aprendizagem significativa em contextos interdisciplinares, o egresso desse curso terá perfil generalista e poderá trabalhar em hospitais, ambulatórios, unidades básicas de saúde e escolas, programas/serviços de assistência domiciliar, instituições de média e longa permanência, hospitais, centros-dia e centros de convivência, bem como atuar na formação de uma rede formal de orientação, acompanhamento e apoio a cuidadores de idosos.

Uma pergunta bastante frequente que temos ouvido, sobretudo da mídia, é se outras profissões poderão exercer a mesma atividade de um gerontólogo. A resposta mais adequada é que rigorosamente nenhuma poderá fazê-lo, pois se trata de um novo profissional generalista que vai atender a uma necessidade específica, apto para apreender e

lidar com o processo do envelhecimento em suas dimensões biológica, psicológica e social. Essa formação generalista tende a ampliar a possibilidade de o profissional não reduzir o envelhecimento a patologias mais prevalentes em idosos e trabalhar em equipe.

Em gerontologia, tanto as intervenções de saúde como as sociais são realizadas por equipe multiprofissional composta por especialistas, porém essa configuração especializada tem se demonstrado insuficiente para que se realize a gestão integral de casos e recursos. Segundo experiências internacionais, a gestão ampliada na organização do trabalho favorece o planejamento e a avaliação das ações, sobretudo por seu potencial em promover adequação de recursos às sofisticadas necessidades dos que envelhecem. O gerontólogo, portanto, deverá preencher essa lacuna em sua prática.

Em outras palavras, o gerontólogo integrado a uma equipe multiprofissional será capaz de atuar de forma generalista e autônoma, responsabilizando-se pela gestão da atenção ao idoso em diferentes contextos.

*A formação generalista em gerontologia tende a ampliar a possibilidade de o profissional não reduzir o envelhecimento a patologias mais prevalentes em idosos e trabalhar em equipe.*

O curso de graduação em Gerontologia da EACH/USP pretende, assim, formar profissionais críticos, preparados para desenvolver investigações sobre o envelhecimento humano e para contribuir para que os idosos saudáveis e aqueles com problemas de saúde e/ou sociais tenham melhor qualidade de vida. Seu projeto pedagógico se direciona para que os gerontólogos sejam capazes de auxiliar idosos e seus familiares a encontrar os cuidados adequados a sua atenção, ajudar no planejamento das ações de acompanhamento, monitorar o acompanhamento, avaliar resultados e, quando estes não forem adequados, colaborar para o reajuste do equilíbrio entre necessidades e recursos.

Para finalizar, acrescentamos que este texto, como todo discurso escrito ou falado, coagula provisoriamente a

realidade, fixando a plasticidade dos fenômenos em conceitos, regras, visões de mundo, de certo modo também representando um convite com argumentos menos ou mais convincentes, porém transitórios, acerca do “dever ser” na prática e teoria da educação em gerontologia.

Assim, convidamos o leitor ao exercício crítico do debate, atuando como nosso companheiro em busca da construção de projetos de educação essencialmente comprometidos com a emancipação de sujeitos em todas as suas dimensões no campo da gerontologia.

## Referências bibliográficas

- ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (EACH/USP). *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Gerontologia (coordenação de curso)*. Datilografado, maio 2008.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HENTZ, P. *Dos diferentes significados do termo "atividade": tempo de aprender*. Datilografado, s/d.
- SILVA, P. R. *Coordenador de curso: atribuições e desafios atuais*. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://saturno.crea-rs.org.br/crea/documentos/coord\\_curso.doc](http://saturno.crea-rs.org.br/crea/documentos/coord_curso.doc)>. Acesso em: 30 out. 2008.



**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

